

VACINAÇÃO INFANTIL: CONHECIMENTO DAS GESTANTES E ORIENTAÇÕES RECEBIDAS PELA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA

Cinthia Goettens¹, Eliane Lavall²

Resumo: A vacinação infantil depende da cooperação dos pais, apresentando um desafio para os profissionais de saúde devido à resistência causada por falta de informação, fatores culturais, tabus religiosos e práticas de saúde anteriores. Este estudo teve como objetivo compreender o conhecimento de gestantes acompanhadas na Unidade Básica de Saúde em relação à vacinação infantil. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, descritiva e exploratória realizada de agosto a novembro de 2023 com gestantes usuárias de duas Unidades Básicas de Saúde, por meio de entrevista semiestruturada, com análise temática. Os resultados mostraram que as participantes têm conhecimento sobre prevenção de doenças, reconhecendo a importância da vacinação para a saúde dos filhos. A maioria demonstrou não ter dúvidas quanto ao tema, entretanto relataram não receber informações completas sobre as vacinas e explicação do calendário nacional de vacinação infantil. Também a maioria acredita ser necessário mais orientações sobre o assunto durante o acompanhamento pré-natal. Em suma, é crucial orientar os pais sobre benefícios, reações e faixas etárias das vacinas, visto que influenciam diretamente na decisão de vacinar.

Palavras-chave: vacinação; conhecimento; criança; enfermagem; atenção primária à saúde.

1 INTRODUÇÃO

As vacinas foram responsáveis, de forma isolada, por um acréscimo de cerca de 30 anos na expectativa de vida da população nos dois últimos séculos (Levi; Levi, 2019). A vacinação deveria ser incontestável já que é considerada uma das tecnologias médicas com mais eficácia e de menor custo-benefício utilizada na saúde pública, e que também, é uma ferramenta de maior sucesso

1 Graduanda em Enfermagem. Universidade do Vale do Taquari - Univates. cinthia.goettens@universo.univates.br

2 Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela UFRGS. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. elavall@hcpa.edu.br

no controle e prevenção de doenças infectocontagiosas. Da mesma forma que as vacinas se destacam em países em desenvolvimento que ainda possuem condições sanitárias precárias e com escassez de recursos destinados às ações de saúde pública (Lessa; Schramm, 2015).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o direito de imunização a todas as crianças. A legislação de número 8.069/90, que normatiza o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, tem como objetivo fundamental estabelecer os direitos e a proteção integral para esse segmento populacional. No âmbito do ECA, mais especificamente no parágrafo único do Artigo 14, está estipulada a obrigação da vacinação das crianças nos cenários indicados pelas autoridades sanitárias. A vacinação é um direito fundamental e um dever essencial, implicando na interferência da saúde individual, independentemente das escolhas pessoais. Devido à comprovada eficácia da imunização coletiva, a vacinação tornou-se uma exigência para garantir o direito à saúde para todos, justificando sua imposição para a efetivação desse direito em nível coletivo (Brasil, 2021; Resende; Alves, 2020).

Entretanto, estudos realizados recentemente demonstram que o Brasil vem se destacando como um dos países, de vinte nacionalidades pesquisadas, onde menos pessoas acreditam ou têm confiança na ciência. Da mesma maneira, os diálogos relativos à vacinação infantil têm passado por transformações nos anos recentes. No ano de 2019, a discussão estava predominantemente influenciada por publicações institucionais que abordavam as iniciativas da imunização infantil. Em contraste, o cenário em 2022 testemunhou uma proliferação notável de defensores do movimento antivacinação, cujas participações se caracterizaram por uma disseminação substancial de informações incorretas e a proposição de teorias conspiratórias, abordando questões relacionadas aos efeitos das vacinas, sua segurança e os potenciais interesses subjacentes à imunização infantil (Funk *et al.*, 2020; Recuero; Volcan; Jorge, 2022).

Apesar dos avanços consideráveis nas pesquisas científicas, permanece uma lacuna de conhecimento em relação aos motivos que levam adultos e crianças a não cumprirem o calendário vacinal. Essas condutas ainda não foram completamente esclarecidas no contexto brasileiro, sendo que certamente existem múltiplos fatores que podem influenciar essa tomada de decisão (Mizuta *et al.*, 2019; Succi, 2018).

Crenças culturais sobre a falta de eficácia e efeitos colaterais da vacina são apenas alguns dos principais motivos da baixa cobertura vacinal no Brasil. Em 2015 a vacina contra influenza não atingiu 80% de cobertura, sendo esta ocasião, a primeira vez que o país não seguiu as recomendações das Autoridades de Saúde. Outro exemplo ainda foi o surto de sarampo no Brasil em 2019, sendo consequência da diminuição vacinal entre lactentes relacionada a aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, incluindo o aumento dos movimentos antivacina (Sato *et al.*, 2020; Pacheco *et al.*, 2019).

Profissionais de saúde, como técnicos de enfermagem, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e médicos, desempenham um papel crucial na disseminação de informações à população acerca da segurança e eficácia das vacinas. Sua influência positiva pode ser observada no aumento das taxas de cobertura vacinal, à medida que respondem às indagações dos pais e abordam eventuais equívocos. É recorrente a deficiência de informação ou a propagação de mitos que desencorajam os pais a procurarem os locais de vacinação. No entanto, é responsabilidade desses atender e suprir as demandas informativas apresentadas pelos pais. É da competência da enfermagem a prestação de auxílio aos pais e demais usuários dos serviços de saúde em circunstâncias seguras, gerando o acompanhamento de doses administradas e apurando qualquer tipo de evento adverso, além de preparar sua equipe, analisar e trazer atualizações do conhecimento técnico-científico (Santos; Oliveira, 2018; Pelullo *et al.*, 2020).

Além disso, estudos realizados demonstram que deficiências na imunização derivam, em grande parte, da insuficiência de capacitação dos profissionais de saúde, o que culmina em lacunas de conhecimento e limitação de qualificação. Isso resulta na orientação dos pacientes, abrindo espaço para o crescimento de concepções errôneas e aparentemente infundadas. Consequentemente, essas questões são levantadas para a ocorrência de problemas, tais como atrasos e perdas de oportunidades de vacinação (Martins; Santos; Álvares, 2019).

A imunização infantil está associada à colaboração dos responsáveis legais das crianças. Nesse contexto, quando se identifica quaisquer obstáculos à acessibilidade das vacinas por parte dos pais, é imperativo avaliar, além do nível de informação destes, os fatores culturais, tabus religiosos, histórico de saúde e práticas relacionadas à saúde. Além disso, é crucial considerar a recomendação efetuada pelos profissionais da área da saúde, respondendo às dúvidas e garantindo sobre a importância da vacinação (Santos e Oliveira, 2018). Dessa maneira, o presente estudo teve como objetivo geral compreender o conhecimento de gestantes acompanhadas na Unidade Básica de Saúde (UBS) em relação à vacinação infantil. Já os objetivos específicos são: identificar quais são as principais dúvidas das gestantes quanto ao tema vacinação, identificar quais as informações prévias as gestantes possuem antes da orientação na UBS, analisar quais orientações elas recebem no período da gestação, e investigar quais profissionais realizam essas orientações nas UBS.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quali-quantitativo de caráter exploratório e descritivo que teve por finalidade compreender a percepção e conhecimento de gestantes em relação à vacinação infantil em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de dois bairros localizados em Lajeado/RS, Brasil.

A pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, elucidar e reformular conceitos e ideias por meio de questões de pesquisa formuladas para fornecer uma visão geral de natureza aproximativa acerca de um determinado fato. Já em relação a pesquisa descritiva, ela possibilita a descrição das características de uma população ou fenômeno específico, bem como a análise de relações entre variáveis estabelecidas (Gil, 2019).

A abordagem qualitativa, por outro lado, concentra-se na aprofundada compreensão do objeto de estudo, incorporando a dimensão sociocultural do fenômeno (Minayo e Costa, 2019). Já a abordagem quantitativa visa testar teorias objetivas, examinando as relações entre variáveis mensuráveis. Essas variáveis são quantificadas por meio de instrumentos específicos, permitindo a análise dos dados através de procedimentos estatísticos (Creswell; Creswell, 2021).

As características de ambos os tipos e abordagens de pesquisa estão alinhadas com o escopo deste estudo, oferecendo a oportunidade de se explorar, descrever e estabelecer a relação entre as orientações recebidas por profissionais da enfermagem na atenção básica com a percepção de gestantes quanto à vacinação infantil.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com questionário contendo 09 questões discursivas e objetivas que visaram compreender a opinião de mulheres que estão gestantes acerca do conhecimento e importância da vacinação infantil, bem como identificar dúvidas e orientações recebidas pela enfermagem na atenção primária durante o acompanhamento pré-natal. Os participantes entrevistados foram gestantes, identificadas pela sigla "P" para garantir o anonimato, que estavam em acompanhamento pré-natal em uma das duas UBS abordadas durante a pesquisa, com no mínimo 18 anos de idade e que encontravam-se em condições para responder às perguntas do questionário.

O lócus do estudo foram duas UBS localizadas na cidade de Lajeado,RS. Onde uma encontra-se na região central e abrange as mulheres na região urbana. E a outra localiza-se na região mais rural da cidade, e possui um grande território de abrangência. As regiões onde encontram-se as UBS podem acabar influenciando na cultura e compreensão sobre o tema vacinação, e conseqüentemente na sua adesão. As UBS dispõem de equipes multidisciplinares voltadas ao atendimento da saúde individual e familiar, dispoendo de serviços como consultas médicas, consultas de enfermagem, grupos de gestantes, entre outros.

Todas as gestantes que foram convidadas a participarem da pesquisa aceitaram o convite. Não houve recusa e desistência das participantes, portanto nenhum dado foi perdido. O período da coleta de dados ocorreu entre agosto e outubro de 2023.

Todos os dados coletados foram submetidos à análise de temática, um dos modelos de análise de conteúdo de Minayo, que é uma técnica que contribui para a compreensão de opiniões e ações percebidas num contexto de dados textuais e/ou simbólicos. Durante a análise do material, o pesquisador categoriza as informações de modo a facilitar a compreensão do que está subjacente nos discursos. Essa análise pode ser aplicada a diversas fontes de dados, abrangendo desde artigos jornalísticos até transcrições de entrevistas (Minayo, 2014).

Este método utiliza técnicas analíticas para examinar comunicações de maneira sistemática e objetiva. O processo envolve três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, ideias preliminares são sistematizadas, documentos são escolhidos e hipóteses são formuladas. Na segunda fase, o material é explorado e categorias são criadas, guiadas por hipóteses e teorias. A última fase envolve o trabalho com resultados, inferências e interpretações, levando a análises reflexivas e críticas (Minayo, 2014).

O presente estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade do Vale do Taquari - Univates (nº parecer: 6.186.835). A participação na pesquisa foi voluntária e realizada após assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, sendo obedecidos todos os requisitos destacados na Resolução 466/2012 para regulamentação ética de pesquisas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização da população

A população do estudo foi constituída por 08 gestantes, número que permitiu alcançar a saturação na Grounded Theory. Neste contexto, a saturação ocorre quando a coleta de dados não revela novas informações relevantes, indicando que a análise qualitativa atingiu um nível suficiente de compreensão e profundidade sobre o fenômeno em estudo (Glaser; Strauss, 1967).

Conforme a Tabela 1, a população estudada apresentou uma idade média de 31 anos. Quanto à idade gestacional, a média apresentada foi de 25,5 semanas, tendo sua maioria dividida nos 2º e 3º trimestres gestacionais. Caracterizou-se na amostra que a maioria já tinha filhos. O nível social das participantes foi aferido indiretamente através do nível de escolaridade, sendo observado que 76% dos entrevistados apresentaram ensino médio completo, seguido por 12,5% com ensino fundamental incompleto e 12,5% com ensino superior completo.

Tabela 1: Caracterização da amostra estudada

Número de participantes (n)	8
Idade Média (anos)	31
Idade Média Gestacional (semanas)	25,5
Escolaridade (%)	
Ensino Médio Completo	76
Ensino Fundamental Incompleto	12,5
Ensino Superior Completo	12,5
Trimestres gestacional (%)	
1º Trimestre	25
2º Trimestre	37,5
3º Trimestre	37,5
Tem filho(s) (%)	
Sim	62,5
Não	37,5

Fonte: Das autoras (2024).

Após análise evidenciou-se que as respostas relatadas nas entrevistas realizadas nas duas UBS eram similares. Com base nas questões norteadoras e objetivos do estudo, foram estabelecidas as seguintes categorias: conhecimento e importância da vacinação infantil, e informações e orientações sobre a vacinação infantil.

Em determinados contextos durante as entrevistas notamos em alguns entrevistados sinais de hesitação, evidenciados tanto pela expressão facial quanto pelo tom de voz. Apesar de todos possuírem opiniões definidas e responderem às perguntas, observou-se uma certa insegurança em suas exposições.

Durante entrevistas gravadas, as inseguranças percebidas dos participantes podem estar associadas a um conhecimento limitado sobre o tema em discussão, o que resulta em respostas cautelosas e hesitantes (Minayo, 2014). Para Gil (2019), a presença de dispositivos de gravação tende a intensificar esse desconforto, levando os entrevistados a formular respostas que consideram socialmente aceitáveis, em detrimento da expressão autêntica de suas opiniões. Assim, o conjunto de falta de clareza e a insuficiência de informações sobre o assunto abordado contribuem para essa insegurança (Santos; Oliveira, 2018).

3.2 Conhecimento e importância da vacinação infantil

A maioria das entrevistadas demonstraram compreender a importância da vacinação infantil e o propósito da prevenção de doenças, conforme demonstram as falas a seguir.

Pra mim é proteção, porque desde pequena a minha mãe encaminhou a gente para fazer todas as vacinas e nunca tive problemas graves. E eu sigo nessa mesma linha (P02).

É proteger de todos os vírus possíveis (P06).

Do meu outro filho, ele tem 4 anos agora, e eu fiz todas as vacinas nele né. Eu acho importante, então todas as vacinas que foram necessárias eu fiz (P07).

Eu sei que é importante né, como prevenir doenças (P08).

Quanto ao conhecimento sobre o tema antes do início do acompanhamento do pré-natal nas UBS percebeu-se que a maioria das respostas se repetiam em relação ao conhecimento atual sobre a temática, ou ainda, que obtiveram mais informações porém buscando por conta própria ou de terceiros. Podendo assim demonstrar uma possível ausência da abordagem do tema nos serviços de saúde.

A mesma coisa que agora, que é importante, para prevenir doenças (P08).

Na televisão passa muita coisa de campanha né, então por aí eu já vi bastante sobre. Aí quando eu tive o primeiro [filho] eu fiz também todas que tinham (P07).

Pouca coisa, na verdade. Eu fui tomar conhecimento depois que fiquei grávida, eu tenho minha cunhada, e eu fui saber com ela mais sobre. A minha cunhada não é da área da saúde, mas ela tem bastante experiência (P06).

Estudos realizados no estado de São Paulo sobre vacinação revelaram resultados semelhantes em relação à importância das vacinas na prevenção de doenças. Na pesquisa em questão, cerca de 95,8% dos participantes destacaram a relevância das vacinas, indicando um bom entendimento de sua finalidade. Além disso, em outro estudo, as palavras como “prevenção” e “proteção” foram frequentemente mencionadas. Dessa maneira, as pesquisas vêm demonstrando que o conhecimento sobre a vacinação e seus benefícios estão cada vez mais fazendo parte do senso comum (Gatti; Oliveira, 2005; Pugliesi; Tura; Andreazzi, 2010).

Ainda sobre o meio o qual as participantes receberam as informações sobre vacinação infantil, a maioria demonstrou que conhecia sobre o tema por meio de amigos, conhecidos e familiares (40%), em seguida por meio da mídia, como notícias, TV, rádio e redes sociais (30%), e por profissionais da saúde (30%). Esses achados corroboram com outros estudos realizados com essa temática. Santos e Oliveira (2018), em sua pesquisa, identificaram como um dos desafios nos serviços de imunização o conhecimento sobre indicações e contra-indicações das vacinas. Em outro estudo, mais recente, Dias *et al.* (2023) destacaram que os pais conhecem os benefícios das vacinas através dos Agentes

Comunitários de Saúde (ACS), do uso de tecnologias de informação com acesso à internet e da cultura de vacinação transmitida pelos cuidados maternos na infância.

Em estudo realizado em Anápolis, GO, apesar do reconhecimento geral da importância das vacinas, a desinformação se destacou, onde 28,5% dos participantes expressaram medo de vacinar seus filhos. Além disso, há pessoas que consideram a vacina desnecessária ou temem que possa causar danos às crianças. Essas dúvidas surgem da falta de conhecimento sobre o funcionamento das vacinas. A falta de informação resulta em baixa adesão ao calendário vacinal, o que questiona a eficácia da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Para enfrentar esse desafio, é recomendada uma abordagem educacional em saúde que se baseie em comunicação eficaz, incentivando os pacientes a se tornarem responsáveis pelo seu próprio estado de saúde e, assim, melhorarem sua adesão aos serviços de prevenção e promoção da saúde (Santos *et al.*, 2020; Andrade; Lorenzini; Silva, 2014).

As vacinas desempenharam um papel fundamental na erradicação e controle efetivo de diversas doenças infecciosas ao longo das últimas décadas, exercendo um impacto significativo na saúde da população. A importância da Política Nacional de Imunização, direcionada tanto para crianças, adolescentes quanto para adultos, é incontestável, uma vez que os efeitos positivos se refletem não apenas na qualidade de vida, mas também na alocação eficiente dos recursos destinados à saúde pública (Gugel *et al.*, 2021).

Todas as gestantes responderam que é importante a vacinação infantil e que pretendem realizar as vacinas em seu(s) filho(s) após o nascimento dele(s). A maioria das participantes demonstraram compreender o propósito da prevenção de doenças.

Para evitar doenças (P06).

Porque cura muita coisa. Prevenção né, acho importante (P07).

Com certeza, muito importante pra hoje, ainda mais pelas doenças que a gente tem, as novas doenças principalmente, que estão surgindo hoje em dia (P01).

Com certeza, para prevenir doenças (P08).

Sim, muito. Por conta da proteção né (P02).

Pesquisa bibliográfica realizada revelou que 65,5% dos pais ou responsáveis não possuíam conhecimento detalhado sobre as doenças que estavam sendo prevenidas, embora 100% deles tenham expressado a importância de vacinar seus filhos. Este dado indica que, apesar da falta de informação específica sobre as doenças em questão, todos reconhecem a relevância da vacinação para seus filhos, independentemente de sua posição socioeconômica (Gugel *et al.*, 2021).

Outro estudo, realizado com 200 pais ou responsáveis, na cidade de Teresina, PI, 100% dos participantes declararam importante vacinar seu filho.

Entretanto, 1,5% desses já deixou de vacinar seu filho alguma vez por achar a vacina desnecessária e também 1,5% já deixou de vacinar seu filho por achar que fazia mal para ele. Além disso, 28,5% dos pais têm medo de levar seu filho para vacinar (Soares *et al.*, 2020).

Uma pesquisa recente da Rede de Pesquisa Solidária (2023), em parceria com a Fundação José Luiz Egydio Setúbal, revelou no Boletim nº 45 “O que pensam os brasileiros sobre a vacinação de crianças em 2023” que mais de 80% dos pais vacinam seus filhos e consideram a imunização essencial para a saúde das crianças. No entanto, a cobertura vacinal em 2023 não reflete esses dados. As vacinas BCG, hepatite B e tríplice viral, que devem ser administradas nos primeiros meses de vida, caíram de 95%, 100% e 95% em 2016 para 64%, 54% e 56% em 2023 até o final de outubro, segundo o SUS. A proteção contra o HPV, importante para prevenir cânceres como o de colo de útero, atinge apenas 57% das meninas e 40% dos meninos, que devem ser vacinados entre 9 e 14 anos (Butantan, 2023).

3.3 Informações e orientações sobre a vacinação infantil

Os profissionais da saúde têm essencial importância na promoção de informação à população sobre a segurança e eficácia das vacinas, e podem influenciar positivamente quanto às taxas na cobertura vacinal, ao responder as perguntas dos pais e abordando eventos adversos comuns. É comum a falta de informação ou mitos afastarem os pais das salas de vacinação, entretanto cabe aos profissionais de saúde suprir as demandas que os pais trazem. Além disso, a dificuldade de comunicação dos profissionais com as pessoas a serem vacinadas é um dos desafios dos serviços de imunizações (Santos e Oliveira, 2018).

Em relação se receberam orientações sobre vacinação infantil pela equipe de enfermagem durante o acompanhamento pré-natal na atenção básica, notou-se que metade das entrevistadas confirmou que recebeu algum tipo de orientação sobre o assunto, como se verifica nas narrativas que seguem.

Sim, sempre passam, e explicam o que depois precisa fazer, tudo certinho. E também dos outros filhos eu sempre fiz, então eu já tô no meio, já conheço (P03).

Sim, me passaram. Recebi a informação pela enfermeira aqui no posto, em uma consulta. Ela passou as vacinas que eu tinha que fazer (P06).

Sim, a enfermeira me passou. Ela passou que a vacinação é muito importante, que cura, previne (P07).

Em uma situação onde eu não fiz a vacina da influenza, ela [enfermeira] reforçou que eu preciso fazer, em mim e no meu filho, e agora eu preciso fazer a do tétano (P08).

Todavia, no decorrer das entrevistas foi observado que algumas das participantes não tinham sido devidamente instruídas sobre as vacinações essenciais a serem realizadas após o nascimento de seus(uas) filhos(as),

assim como sobre a apresentação do Calendário Nacional de Vacinação. Esta constatação foi evidenciada em três relatos nos quais descreveram a ausência de orientação, como exemplificado a seguir:

Não chegaram a passar. Ainda não (P04; P05; P08).

Ao questionar sobre as incertezas relacionadas à imunização infantil, a maioria das participantes evidenciou não apresentar dúvidas sobre o tema, conforme relatos apresentados durante as entrevistas, que encontram-se exemplificados a seguir.

Não tenho dúvidas (P02; P03; P04; P05; P07; P08).

Apenas dois participantes manifestaram incertezas sobre a imunização infantil, principalmente relacionadas às vacinas que são administradas, à quantidade necessária e aos propósitos de cada uma delas. Abaixo estão detalhados os relatos dessas duas situações.

Agora pensando surgem várias [dúvidas], que tu falou no caso, quais que tenho que fazer realmente assim [...] (P01).

A quantidade que tem que ser tomada, e também para que serve cada vacina, de uma forma mais clara (P06).

Em estudo realizado apenas 79,5% dos pais ou responsáveis entrevistados receberam orientações acerca da vacinação e 58% já tiraram dúvidas sobre o assunto (Gugel *et al.*, 2021).

Em outro estudo, realizado no Piauí, 76% das mães afirmaram terem recebido alguma orientação quanto aos efeitos adversos pós-vacinação de algum profissional de saúde. O técnico(a) de enfermagem foi o profissional que mais esclareceu dúvidas a respeito do assunto (34%) e em seguida o enfermeiro (26%) (Soares *et al.*, 2020).

No mesmo estudo em questão, 88% das mães entrevistadas afirmam conhecer quais as doenças evitadas pelas vacinas, sendo a vacina BCG a mais citada (88%) (Soares *et al.*, 2020).

Quanto se elas acreditam que seja necessário os profissionais da saúde orientarem mais sobre o assunto, a maioria relatou que poderia ser mais abordado a temática durante o acompanhamento pré-natal.

Talvez um pouco mais, abordar um pouco mais o assunto [...] (P01).

Seria bom né, para acompanhamento (P04).

Acredito que sim (P05).

Sim, acho mais necessário (P06).

Eu acho que sim (P08).

Participantes de um estudo, em sua maioria, relataram que com a erradicação de algumas doenças, não haveria a necessidade de se vacinar,

estando assim entre as prováveis razões para a queda do alcance dessas imunizações no Brasil (Moura *et al.*, 2020).

Em outra pesquisa realizada observou-se que a maioria dos entrevistados reconhece a importância da vacinação, mas seu conhecimento é superficial e baseado no senso comum. A falta de orientação adequada dos profissionais de saúde leva à baixa adesão ao programa de vacinação, não devido ao medo de reações adversas, mas à falta de informações sobre os benefícios da vacinação para a saúde e qualidade de vida (Loyola *et al.*, 2021; Pinto Jr, 2019).

O papel do enfermeiro como educador em saúde envolve a responsabilidade de compartilhar informações essenciais sobre a prevenção e promoção da saúde por meio da imunização com as famílias e comunidades. No contexto da imunização, o profissional de enfermagem realiza um papel multifacetado e dentre suas responsabilidades estão: avaliação da cobertura vacinal; adaptação do atendimento ao público de acordo com as particularidades de cada território; educação dos pais sobre a importância da vacinação de seus filhos; identificação e abordagem de desafios enfrentados pela equipe, e implementação de instruções de enfermagem não farmacológicas em resposta a eventos adversos relacionados à vacinação (Horbe *et al.*, 2020; Meireles *et al.*, 2020). Nesse contexto, é imperativo considerar que o controle e a adesão à vacinação infantil estão intrinsecamente vinculados à atuação do profissional de enfermagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados revelou que os participantes possuem um conhecimento superficial, baseado no senso comum, sobre a prevenção de doenças infectocontagiosas, reconhecendo a vacinação como essencial nesse contexto. Apesar de demonstrarem plena consciência da importância das vacinas para a saúde de seus filhos e um compromisso ativo na promoção da saúde infantil, algumas orientações quanto às vacinas pós-nascimento e o calendário nacional de vacinação não foram realizadas durante o acompanhamento das gestantes na atenção primária. A maioria não afirmou ter dúvidas sobre o tema, mas expressou a necessidade de uma abordagem mais aprofundada durante o acompanhamento pré-natal.

A equipe de enfermagem desempenha um papel fundamental ao lidar com os obstáculos limitados à vacinação infantil, exigindo atenção especializada e a aplicação de estratégias bem elaboradas. É crucial criar programas para resolver os problemas apresentados em relação à vacinação infantil, além de oferecer informações planejadas sobre a importância da vacinação, destacando sua segurança, eficácia e possíveis efeitos adversos. O objetivo é garantir uma compreensão clara e precisa que incentive mais pessoas a adotarem esse método essencial, resultando em melhorias significativas na saúde geral, especialmente das crianças.

Estudos relacionados a essa temática assumem um papel de primordial relevância para a enfermagem, na medida em que contribui para o aprimoramento da comunicação, o incremento da aceitação das vacinas e a mitigação da hesitação vacinal. Por conseguinte, essa contribuição se traduz no amparo da saúde infantil contra doenças passíveis de prevenção por meio da imunização, corroborando, assim, a promoção da saúde pública.

As limitações deste estudo estão relacionadas ao baixo número de participantes. Dada a relevância significativa deste tópico para o campo, recomendamos que pesquisas adicionais sejam conduzidas para aprofundar a compreensão do assunto, o que poderá resultar em aprimoramentos substanciais na prática de vacinação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. R. S.; LORENZINI, E.; SILVA, E. F. Conhecimento de mães sobre o calendário de vacinação e fatores que levam ao atraso vacinal infantil. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 96-102, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90**. Brasília, DF: BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BUTANTAN. **Pesquisa mostra que mais de 80% dos pais dizem vacinar os filhos, mas dado não reflete atual cobertura infantil**. São Paulo, SP: INSTITUTO BUTANTAN, 2023.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. J. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2020. 222 p.

FUNK, C.; TYSON, A.; KENNEDY, B.; JOHNSON, C. **Science and Scientists Held in High Esteem Across Global Publics**. Pew Research Center, 2020. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/science/2020/09/29/scientists-are-among-the-most-trusted-groups-in-society-though-many-value-practical-experience-over-expertise/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GATTI, M. A.; OLIVEIRA, L. R. Crianças faltosas à vacinação, condições de vida da família e concepção sobre vacina: um inquérito domiciliar. **Revista Salusvita**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 427-445, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas; 2019.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GUGEL, S.; GIRARDI, L. M.; VANESKI, L. M.; SOUZA, R. P.; PINOTTI, R. O. E.; LACHOWICZ, G. *et al.* Percepções acerca da importância da vacinação e da recusa vacinal: uma revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, Paraná, v. 7, n. 3, p. 22710-22, 2021.

HORBE, B. P.; SANTINI, T. P.; ADAMES, N.; HAEFFNER, L. S. B.; NAUJORKS, A. A.; BABKES, D. S. Rede pública versus rede privada de imunização: comparações e atribuições da enfermagem. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 1-19, 2020.

LEVI, G. C.; LEVI, M. Vacinação: Estratégia que mudou o cenário da saúde no Brasil. **Rev.Imunizações**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 09-12, 2019.

LESSA, S. C.; SCHRAMM, F. R. Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 115-124, 2015.

LOYOLA, C. F.; SILVEIRA, G. F.; COSTA, I. C. P.; FRAUSINO, L. F.; TAQUARY, L. R.; MACEDO, R. G. Vacinação: do senso comum à consolidação do conhecimento científico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v.13, n. 12, p. 1-9, 2021.

MARTINS, K. M.; SANTOS, W. L.; ÁLVARES, A. C. M. A importância da Imunização: revisão integrativa. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, Valparaíso de Goiás, v. 2, n. 2, p. 96-101, 2019.

MEIRELES, L. A.; CUNHA, F. V.; VADOR, R. M. F.; MENÊSES, T. M. F. Atuação do enfermeiro na adesão da imunização do Papilomavírus humano em adolescentes. **Brazilian Journal of Health Review**, São José dos Pinhais, v. 3, n. 6, p. 17413-17427, 2020.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. **Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação**. Aveiro: Ludomedia; 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014.

MIZUTA, A. H.; SUCCI, G. M.; MONTALLI, V. A. M.; SUCCI, R. C. M. Percepções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal numa escola de medicina. **Rev. Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 1984-0462., 2019.

MOURA, E. C.; DOS SANTOS, C. R.; VON ATZINGEN, D. A. N. C. MENDONÇA, A. R. A. Vacinação no Brasil: reflexão bioética sobre acessibilidade. **Revista Bioética**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 752-59, 2020.

PACHECO, F. C.; FRANÇA, G. V. A, ELIDIO, G. A.; DOMINGUES, C. M. A. S.; OLIVEIRA, C., GUILHEM, D. B. Trends and spatial distribution of MMR vaccine coverage in Brazil during 2007–2017. **Vaccine**, Berlin, v. 37, n. 20, pág. 2651-2655, 2019.

PELULLO, C. P.; POLLA, G. D.; NAPOLITANO, F.; GIUSEPPE, G.; ANGELILLO, I. F. Healthcare Workers' Knowledge, Attitudes, and Practices about Vaccinations: A Cross-Sectional Study in Italy. **Vaccines**, Basileia, Suíça, v. 8, n. 2, p.1-9, 2020.

PINTO JR, V. L. Anti-vacinação, um movimento com várias faces e consequências. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 116-122, 2019.

PUGLIESI, M. V.; TURA, L. F. R.; ANDREAZZI, M. F. S. Mães e vacinação das crianças: estudo de representações sociais em serviço público de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 10, n. 1, p. 75-84, 2010.

RECUERO, R.; VOLCAN, T.; JORGE, F. C. Os efeitos da pandemia de covid-19 no discurso antivacinação infantil no Facebook. **Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 859-882, 2022.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. **Boletim nº 45: O Que Pensam os Brasileiros sobre a Vacinação de Crianças e Adolescentes em 2023?** Rede de políticas públicas e sociedade, 2023.

RESENDE, J. R. V.; ALVES, C. L. A vacinação obrigatória como um dever jurídico decorrente do direito fundamental à saúde. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 65, n. 2, p.129-148, 2020.

SANTOS, E. P.; OLIVEIRA, M. M. M. SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÃO. Desafios da vacinação. **Revista Imunizações**, São Paulo, v. 1, p. 10 - 15, 2018.

SANTOS, M. Q. S.; ARAÚJO, L. E.; SOUSA, C. C. F.; ARAÚJO, G. F.; REZENDE, G. M. F.; DAHER, M. C. O conhecimento sobre o calendário vacinal infantil até 15 meses de idade entre seus acompanhantes e os profissionais de saúde. **Brazilian Journal of Development**, Paraná, v. 6, n. 4, p. 18262-18276, 2020.

SATO, A. P. S.; ANTUNES, J. L. F.; LIMA-COSTA, M. F. F.; ANDRADE, F. B. Influenza vaccine uptake among older adults in Brazil: Socioeconomic equality and the role of preventive policies and public services. **Journal of Infection and Public Health**, v. 13, n. 2, p. 211-215, 2020.

SOARES, J. S.; SILVA, E. S. F.; SOUSA, W. R. M.; ARAÚJO, L. R. D.; BARBOSA, T. J. A.; BARROS, L. A. L. *et al.* Conhecimento das mães sobre as vacinas administradas aos menores de um ano. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v. 43, n. 43, p. 01-07, 2020.

SUCCI, R. C. Vaccine refusal - what we need to know. **Journal of Pediatrics**, Califórnia, USA, v. 94, n. 6, p. 574-581, 2018.